

### Artigo 61<sup>1</sup>

**(1) Se o comprador não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbirem de acordo com o contrato ou com a presente Convenção, o vendedor poderá:**

**(a) exercer os direitos previstos nos artigos 62 a 65;**

**(b) exigir a indenização das perdas e danos previstos nos artigos 74 a 77.**

**(2) O vendedor não perde o direito à indenização das perdas e danos por exercer o direito a outras ações.**

**(3) Não poderá o juiz ou tribunal arbitral conceder ao comprador qualquer período de graça, quando o vendedor exercer uma ação por violação do contrato.**

#### *Article 61*

*(1) If the buyer fails to perform any of his obligations under the contract or this Convention, the seller may:*

*(a) exercise the rights provided in articles 62 to 65;*

*(b) claim damages as provided in articles 74 to 77.*

*(2) The seller is not deprived of any right he may have to claim damages by exercising his right to other remedies.*

*(3) No period of grace may be granted to the buyer by a court or arbitral tribunal when the seller resorts to a remedy for breach of contract.*

#### *Article 61*

*1) Si l'acheteur n'a pas exécuté l'une quelconque des obligations résultant pour lui du contrat de vente ou de la présente Convention, le vendeur est fondé à:*

*a) exercer les droits prévus aux articles 62 à 65;*

*b) demander les dommages- intérêts prévus aux articles 74 à 77.*

*2) Le vendeur ne perd pas le droit de demander des dommages- intérêts lorsqu'il exerce son droit de recourir à un autre moyen.*

*3) Aucun délai de grâce ne peut être accordé à l'acheteur par un juge ou par un arbitre lorsque le vendeur se prévaut d'un des moyens dont il dispose en cas de contravention au contrat.*

## I. INTRODUÇÃO

1. A Seção III do Capítulo III segue o mesmo padrão da Seção III do capítulo que lhe é antecedente. O Art. 61(1) menciona os direitos do vendedor que podem ser exercidos em caso de descumprimento da obrigação assumida pelo comprador. Já o Art. 61(2) trata da possibilidade de o vendedor requerer indenização por perdas e danos sofridos, sem prejuízo

---

<sup>1</sup> Estes Comentários foram escritos em 2013. Para citação: SPITZ, Lidia. “Comentários à Convenção de Viena de 1980 sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias– Artigo 61” <https://www.cisg-brasil.net/cisg-artigo-por-artigo> .

de exercer, de forma concorrente, os direitos descritos no Art. 61(1). Por sua vez, o Art. 61(3) esclarece que um juiz ou tribunal arbitral não poderá conceder ao comprador qualquer período de graça, quando o vendedor exercer uma ação por violação do contrato.

2. A CISG não estabelece qualquer prazo para o exercício dessas ações pelo vendedor.<sup>2</sup>

## II. COMENTÁRIOS

### 1. DESCUMPRIMENTO DE QUALQUER DAS OBRIGAÇÕES PELO COMPRADOR

3. O único requisito para que o vendedor possa recorrer a uma das ações previstas no Art. 61(1) é que haja o descumprimento, pelo comprador, de qualquer uma das obrigações por ele assumidas.<sup>3</sup> É irrelevante o tipo e a natureza da obrigação que houver sido inadimplida.<sup>4</sup> A doutrina entende que meros deveres assumidos pelo comprador, tais como aqueles previstos nos Arts. 38, 39 e 77, não ensejam a incidência do Art. 61.<sup>5</sup>
4. É de se notar que somente o descumprimento de uma obrigação que constitua violação essencial do contrato, conforme definido no Art. 25, confere ao vendedor o direito de declarar rescindido o contrato, nos termos do Art. 64(1)(a). Em se tratando de descumprimento da obrigação de pagar o preço ou receber as mercadorias no prazo suplementar fixado, ainda que a violação ao contrato não seja essencial, poderá o vendedor declarar a rescisão contratual (Art. 64(1)(b)).<sup>6</sup>
5. O vendedor que se sinta prejudicado e recorra a uma das ações indicadas no Art. 61(1) não precisa comprovar que o comprador é responsável ou culpado pelo descumprimento da obrigação contratual, pois a CISG se baseia em um sistema objetivo de resultado.<sup>7</sup> Isso significa que para fins de utilização de uma das medidas do Art. 61 não é necessário que tenha sido configurada uma conduta culposa ou negligente por parte do comprador, pois o mero descumprimento de uma obrigação contratual já assegura ao vendedor os direitos ali previstos.<sup>8</sup> No entanto, o comprador, quando aplicável, poderá se isentar de qualquer responsabilidade caso consiga comprovar a

<sup>2</sup> Schlechtriem/Schwenzer/Mohs, Art. 61 [21].

<sup>3</sup> Uncitral Digest, Art. 61 [2].

<sup>4</sup> Peter Huber / Alastair Mullis, *The CISG: A New Textbook for Students and Practitioners*, 2007, p. 333.

<sup>5</sup> Schlechtriem/Schwenzer/Mohs, Art. 61 [4].

<sup>6</sup> Schlechtriem/Schwenzer/Mohs, Art. 61 [4].

<sup>7</sup> Oberlandgericht Koblenz (Alemanha), 17.9.1993, CISG-online 91, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/930917g1.html>, CLOUT case No. 281 (“The failure to pay the price is a breach of contract in the sense of Art. 74 CISG and causes the obligation of compensation without regard to the fault of the buyer”).

<sup>8</sup> Kröll/Mistelis/Perales Viscasillas/Bell, Art. 61 [3].

ocorrência de hipótese de exclusão de responsabilidade, conforme previsto nos Arts. 79 e 80.<sup>9</sup>

## 2. AÇÕES DISPONÍVEIS AO VENDEDOR (ART. 61(1))

6. O Art. 61(1) descreve em termos gerais as diversas medidas que podem ser tomadas pelo vendedor quando o comprador não cumprir com qualquer uma de suas obrigações, sejam estas previstas no contrato firmado entre as partes ou na própria CISG.
7. O Art. 61(1)(a) quando expressa que o vendedor poderá “exercer os direitos previstos nos Arts. 62 a 65” está meramente se referindo àquelas disposições do texto convencional. Sendo assim, essa seria uma remissão desnecessária, já que os quatro artigos em referência, *per se*, permitem que o vendedor que tenha sido lesado exerça os direitos ali descritos, independentemente de sua menção no Art. 61.
8. Em outras palavras, os direitos previstos nos Arts. 62 a 65 estariam disponíveis ao vendedor ainda que não fossem mencionados no Art. 61(1)(a). Não obstante, a análise da jurisprudência evidencia que o referido dispositivo é mencionado em diversas decisões quando está em discussão algum daqueles direitos, o que reforça a sua relevância.<sup>10</sup>
9. Em apertada síntese dos direitos ali indicados, o Art. 62 autoriza o vendedor a exigir o cumprimento específico da obrigação contratada, quer seja o pagamento do preço, o recebimento das mercadorias ou qualquer outra obrigação, devendo-se ter em mente que segundo o Art. 28 o juiz não estará obrigado a ordenar sua execução específica salvo se devesse fazê-lo segundo seu direito nacional.
10. Por sua vez, o Art. 63 assegura ao vendedor o direito de conceder prazo suplementar para o cumprimento das obrigações pelo comprador. A seu turno, o Art. 64 cuida da possibilidade de rescisão do contrato pelo vendedor, enquanto que o Art. 65 trata da

<sup>9</sup> Uncitral Digest, Art. 61 [2].

<sup>10</sup> District Court Bratislava III (Eslováquia), 22.5.2008, CISG-online 1765 <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/080522k1.html> (“One of the basic rights of the seller under article 61(1)(a) of the Convention is the right to demand payment of the purchase price.”); Tribunal of International Commercial Arbitration at the Russian Federation Chamber of Commerce and Industry (Rússia), 15.11.2006, CISG-online 2008, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/061115r2.html> (“Since the [Seller] delivered the goods in accordance with the terms of the agreement between the parties, the [Buyer] by virtue of Art. 53 CISG and Art. 486 of the Civil Code shall pay the price for the goods, and the [Seller] is entitled to demand from the [Buyer] payment of that price in accordance with Arts. 61 and 62 CISG.”); CIETAC (China), 30.12.2002, CISG-online 1574 <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/021230c1.html>, CLOUT case No. 978 (“Pursuant to Articles 53, 61, 74, and 75 of the CISG, the buyer shall compensate the damages suffered by the seller if the buyer refuses to take delivery of the goods and make payment for the goods”); Kantonsgericht Zug (Alemanha), 12.12.2002, CISG-online 720, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/021212s1.html>, CLOUT case No. 629 (“In case the buyer does not perform one of its contractual obligations, the seller may declare the contract avoided - if the buyer's non-performance of its contractual obligation amounts to a fundamental breach of contract - and the seller may claim damages (Art. 61(1) in connection with Art. 64(1)(a) CISG)”).

possibilidade de o vendedor especificar as mercadorias, caso o comprador não o faça na data acordada. São essas as ações previstas no Art. 61(1)(a).

11. O Art. 61(1)(b), ao mencionar que o vendedor poderá exigir a indenização das perdas e danos conforme Arts. 74 a 77, consiste na base legal para que o vendedor exerça o seu direito de reclamar indenização pelas perdas sofridas.<sup>11</sup> Os Arts. 74 a 77 somente especificam o modo através do qual os danos deverão ser calculados, mas não esclarecem em que situações as perdas e danos poderão ser requeridos.<sup>12</sup>
12. Por essa razão, é correto dizer que o Art. 64(1)(b) consubstancia o fundamento legal para exercício do direito do vendedor de requerer perdas e danos, conforme já foi afirmado, inclusive, em diversas decisões judiciais e arbitrais.<sup>13</sup> Deste modo, o Art. 74 deve ser sempre utilizado de forma combinada com o Art. 61(1)(b).
13. Deve-enfatizar, ainda, que o Art. 61(1) menciona apenas as principais ações que podem ser tomadas pelo vendedor em caso de descumprimento de uma obrigação assumida pelo comprador. Não obstante, outras medidas podem também ser utilizadas pelo vendedor, conforme exemplos a seguir.<sup>14</sup>
14. Primeiramente, a menos que haja algum acordo em sentido contrário, o vendedor tem o direito, a princípio, de reter os bens até que o comprador tenha efetuado o pagamento do preço (Art. 58(1) e (2)). Ademais, ainda com relação ao direito de retenção, o Art. 71 prevê que o vendedor poderá suspender as suas obrigações se, após a conclusão do contrato, tornar-se evidente que o comprador não cumprirá parcela substancial de suas obrigações.
15. Adicionalmente, o Art. 72 prevê que, se antes da data do adimplemento, tornar-se evidente que o comprador incorrerá em violação essencial do contrato, poderá o

---

<sup>11</sup> Kröll/Mistelis/Perales Viscasillas/Bell, Art. 61 [4], e Fabio Bortolotti. *Remedies available to the seller and seller's right to require specific performance (Articles 61, 62 and 28)*. 25 J.L. & Com. 335, 2005-2006, p.335.

<sup>12</sup> Uncitral Digest, Art. 61 [1].

<sup>13</sup> Tribunal Supremo (Espanha), 1.7.2013, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/130701s4.html> (“The resolution confers the [Seller] the right to claim damages, conforming arts. 61.1(b), 74 and 75 CCIM”); Kantonsgericht Zug (Suíça), 27.11.2008, CISG-online 2024, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/081127s1.html> (“Therefore, it must be examined whether the costs incurred by the Irish legal representative can be enforced as separate loss under Art. 61(1)(b) in conjunction with Art. 74 CISG.”); Bundegerichtshof (Alemanha), 27.11.2007, CISG-online 1617, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/071127g1.html> (“Its damages claim for failure to perform (which it used for its set-off declaration) is generally well-founded; that is so because [Buyer] did not fulfill its contractual obligations to take delivery and to pay the purchase price, with the exception of the first batch (Art. 53, 61(1)(b), 74 CISG)”); Zivilgericht Basel-Stadt (Suíça), 8.11.2006, CISG-online 1731, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/061108s1.html> (“In case of avoidance, the creditor is entitled under Arts. 61(2) in conjunction with Art. 74 CISG to claim damages”); CIETAC (China), 4.2.2002, CISG-online 1443, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/020204c1.html>, CLOUT case No. 1101.

<sup>14</sup> Amtsgericht Berlin-Tiergarten (Alemanha), 13.3.1997, CISG-online 412, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/970313g1.html>, CLOUT case No. 296 (essa decisão citou o Art. 61(b) em conjunto com o Art. 78).

vendedor declarar a sua rescisão. Da mesma forma, este poderá declarar rescindido o contrato caso tenha sido estipulada a entrega sucessiva de mercadorias, e houver um descumprimento pelo comprador com relação a uma entrega que constitua uma violação essencial do contrato. Nesta hipótese a rescisão será apenas referente a esta entrega, conforme previsto no Art. 73(1), observados os demais dispositivos deste artigo.

16. Há incidência do Art. 61(1) mesmo quando o contrato de compra e venda impõe obrigações ao comprador que não estão previstas na Convenção, pois o seu *caput* prevê que as medidas ali descritas podem ser utilizadas quando o “comprador não cumprir qualquer das obrigações que lhe incumbirem de acordo com o contrato ou com a presente Convenção”. Ou seja, as medidas nele previstas também se aplicam em caso de descumprimento de obrigações assumidas com base na autonomia privada.
17. Nesses casos, a lei nacional que eventualmente seja utilizada para reger questões não abarcadas pela Convenção não deve determinar as medidas que podem ser tomadas pelo vendedor, tendo em vista que a própria Convenção cuida dessa matéria.<sup>15</sup> Inclusive, já houve diversas decisões nesse sentido.<sup>16</sup>
18. Outra questão debatida se refere à possibilidade de o comprador compensar o pagamento do preço ou qualquer outra demanda monetária requerida pelo vendedor diante de uma demanda própria que tenha em face deste, decorrente, por exemplo, do não cumprimento de uma obrigação por ele assumida. Considerando que a CISG é omissa com relação a esse assunto, a maioria das decisões judiciais expressa que a compensação deve ser executada em observância ao que dispõe a lei nacional aplicável a esse respeito.<sup>17</sup>

### **3. A REIVINDICAÇÃO POR INDENIZAÇÃO COMBINADA COM OUTRAS AÇÕES (ART. 61(2))**

---

<sup>15</sup> Uncitral Digest, Art. 61 [4].

<sup>16</sup> Regional Court in Nitra (Eslováquia), 12.11.2008, CISG-online 2040, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/081112k2.html>; Kantonsgericht St. Gallen (Suíça), 13.5.2008, CISG-online 1768, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/080513s1.html>; Cour d'Appel Grenoble, 22.2.1995, CISG-online 151, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/950222f1.html>, CLOUT case No. 154.

<sup>17</sup> Uncitral Digest, Art. 61 [3].

19. O Art. 61(2) estabelece que o vendedor não perde o direito à indenização por perdas e danos ao exercer o direito a outras ações,<sup>18</sup> nomeadamente aquelas previstas no Art. 61(1)(a).<sup>19</sup>
20. Sendo assim, de acordo com o Art. 61(2), o vendedor poderá exigir o pagamento do preço e a execução do contrato, além de indenização das perdas e danos, ou então rescindir o contrato e requerer indenização.
21. Naturalmente, o vendedor não poderá requerer indenização por perdas que já tiverem sido resolvidas pela execução de outras medidas. Explica-se: se o vendedor mantém o contrato em vigor e requer o pagamento do preço, somente pode requerer indenização com relação ao atraso na execução do contrato, e não sob o fundamento de não execução do contrato. Por outro lado, caso o vendedor rescinda o contrato,<sup>20</sup> tem direito a ampla indenização, sendo que o montante que lhe será devido irá variar a depender do fato de já ter entregue ou não as mercadorias, observado o disposto nos Arts. 74, 75 e 76.<sup>21</sup>

### 3. EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE DO COMPRADOR

22. O comprador não será responsável pelo inadimplemento de qualquer de suas obrigações se comprovar que tal inadimplemento foi devido a motivo alheio a sua vontade, conforme Art. 79(1). Essa medida só se aplica à possibilidade de requerimento de perdas e danos pelo vendedor, sem exclusão de qualquer outro direito (Art. 79(5)).
23. Ademais, o vendedor não poderá alegar o descumprimento por parte do comprador, quando tal descumprimento tiver sido causado por alguma ação ou omissão de sua

---

<sup>18</sup> Polimeles Protodikio Athinon (Grécia), 1.1.2009, CISG-online 2228, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/094505gr.html> (“The claim for damages, which may be exercised in the aggregate with all other legal remedies (CISG Article 45(2) for the buyer, 61(2) for the seller and 81(1) in case the contract is declared avoided) is always monetary, and it constitutes the positive interest, i.e., everything the damaged party would have had if the contract was performed and includes the positive loss and loss of profits (CISG Article 74, sentence one)”); Tribunal of International Commercial Arbitration at the Russian Federation Chamber of Commerce and Industry (Rússia), 30.5.2001, CISG-online 935, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/010530r2.html> (“However, Art. 61 CISG permits the combination of claims for damages with other legal remedies, including claims for payment of the price”); Bezirksgericht der Saane (Suíça), 20.2.1997, CISG-online 426, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/970220s1.html#cx>, CLOUT case No. 261 (“Art. 61(2) CISG explicitly stipulates the principle that a seller of goods does not forfeit its right to claim damages if it petitions for any other remedies”).

<sup>19</sup> Schlechtriem/Schwenzer/Mohs, Art. 61 [12].

<sup>20</sup> CIETAC (China), 4.2.2002, CISG-online 1443, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/020204c1.html>, CLOUT case No. 1101; Cour de Justice Genève (Suíça), 13.9.2002, CISG-online 722, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/020913s1.html>, (“If the buyer does not perform any of its obligations under the sales contract, the seller may avoid the contract and claim damages corresponding to the loss which the party suffered. (Arts. 61(1) and 74, sentence one, CISG).”)

<sup>21</sup> Schlechtriem/Schwenzer/Mohs, Art. 61 [13].

própria parte (Art. 80). Essa regra se aplica a todas as medidas que possam ser praticadas pelo vendedor.<sup>22</sup>

24. As partes podem, ainda, excluir quaisquer direitos conferidos ao vendedor em caso de descumprimento do contrato pelo comprador mediante acordo, conforme autorizado pelo Art. 6.<sup>23</sup>

#### 4. RECUSA A PERÍODO DE GRAÇA (ART. 61(3))

25. De acordo com o Art. 61(3), um juiz ou árbitro não poderá conceder ao comprador qualquer período de graça, quando o vendedor exercer uma ação por violação do contrato, inclusive com relação a sua obrigação de efetuar o pagamento do preço.
26. Períodos de graça, que são autorizados por diversas leis nacionais, vêm sendo julgados contrários às necessidades do comércio internacional, pois sujeitam às partes a um poder discricionário e excessivamente amplo do juiz ou tribunal arbitral, impondo resultados imprevisíveis à demanda.<sup>24</sup> Apenas o vendedor pode conceder ao comprador períodos adicionais para a execução das obrigações contratuais,<sup>25</sup> sem prejuízo de pleitear uma indenização pelo atraso.<sup>26</sup>
27. Não obstante, é usualmente aceito que as leis domésticas relativas a procedimentos de insolvência permanecem aplicáveis e se sobrepõem à regra prevista no Art. 61(3).<sup>27</sup>

### III. NOTAS SOBRE O DIREITO INTERNO

<sup>22</sup> Schlechtriem/Schwenzer/Mohs, Art. 61 [15].

<sup>23</sup> Schlechtriem/Schwenzer/Mohs, Art. 61 [16].

<sup>24</sup> Schlechtriem/Schwenzer/Mohs, Art. 61 [18]; e Schlechtriem, Peter; Butler, Petra. *UN law on international Sales: the UN Convention on the International Sale of Goods*. Berlin, Springer, 2009, p. 173.

<sup>25</sup> Rechtbank van Koophandel Hasselt (Bélgica), 25.2.2004, CISG-online 831, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/040225b1.html>; Rechtbank van Koophandel Hasselt (Bélgica), 2.6.1999, CISG-online 762, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/990602b1.html>, <http://www.unilex.info/case.cfm?id=791> (“The Court granted the buyer permission to pay over six months. It observed that such a term did not constitute violation of Art. 61 CISG, stating that the Court may not grant a period of grace, since the seller had agreed to an extension period for payment.”); Rechtbank van Koophandel Hasselt (Bélgica), 5.5.1999, CISG-online 1340, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/990505b1.html>, <http://www.law.kuleuven.be/ipr/eng/cases/1999-05-05.html> (“The CISG was applicable and articles 61 and 63 determined that the court could not grant a period of grace; only the seller could do that.”).

<sup>26</sup> Bianca/Bonell/Knapp, Art. 61 [3.4].

<sup>27</sup> Cassational Board of the Supreme Economic Court of the Republic of Belarus (Bielorrússia), 31.7.2006, CISG-online 2048, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/060731b5.html> (aplicação de medidas nacionais para apoio financeiro no setor de agricultura); U.S. District Court Southern District of New York (EUA), 23.7.1997, CISG-online 297, <http://cisgw3.law.pace.edu/cases/970721u1.html>, CLOUT case No. 187, <http://www.unilex.info/case.cfm?id=325> (*obiter dictum*, foi dito que deveria ser aplicada a lei de falências a um contrato de compra e venda regido pela CISG, embora no caso concreto tratava-se de um contrato de distribuição não regido pela CISG).

28. Segundo o direito brasileiro, o vendedor tem à sua disposição, quando o comprador não cumprir com suas obrigações, o disposto no Art. 475 do Código Civil,<sup>28</sup> ou seja, pode pedir a resolução do contrato ou exigir-lhe o cumprimento, sem prejuízo de seu direito à indenização por perdas e danos.
29. O Art. 393 do Código Civil<sup>29</sup> estabelece que o caso fortuito e a força maior são causas de exclusão de responsabilidade civil do devedor (*in casu*, seria o comprador), se ele não os ensejou. O caso fortuito seria decorrente de impedimento sobre o devedor, enquanto a força maior abrangeria eventos exteriores ao ser humano. De qualquer forma, a doutrina<sup>30</sup> reconhece que se há diferença conceitual entre esses termos, ela não se verifica na produção de seus efeitos, unificados pelos requisitos da necessidade (o inadimplemento como consequência necessária do evento), a inevitabilidade (impossibilidade de tomar precauções de modo a impedir ou dirimir as consequências do evento) e a impossibilidade de executar a prestação. Corrobora esse entendimento o disposto no Art. 393, §1º do Código Civil,<sup>31</sup> ao definir o caso fortuito ou força maior quando se verifica o fato necessário, de consequências inevitáveis.

---

<sup>28</sup> Art. 475 – “A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.”

<sup>29</sup> Art. 393 – “O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado”

<sup>30</sup> Gustavo Tepedino et al., *Código Civil Interpretado*, vol. I, 2004, p. 704.

<sup>31</sup> Art. 393, §1º - “O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.”



